

Senadores já defendem abertura de processo

Diante de tantas contradições, idéia de convocar acareações ganha corpo

ANDRÉA PORTELLA

A pesar de ter prometido um depoimento que não deixaria dúvidas, o senador Antonio Carlos Magalhães apresentou contradições suficientes para que a teses de que serão necessárias acareações ganhasse corpo entre boa parte dos senadores. Alguns deles, porém, já estão convictos de que o processo de cassação deverá ser iniciado.

O senador Jefferson Peres (PDT AM), que integra a Comissão de Ética, foi dos mais contundentes. "Ele não convenceu que não sabia, que não hou-

ve cumplicidade. Só uma acareação com o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) vai esclarecer quem está com a verdade." Apesar de acreditar que esse passo é necessário, Peres já defendia ontem o início do processo de cassação.

"É um processo legal, no qual eles vão ter o direito de defesa." Casildo Maldaner (PMDB-SC) explicou que o regimento do Senado prevê processo nos casos em que houve ferimento dos "princípios da verdade". "Parece que ele fez isso." O parlamentar disse ainda que via alguma semelhança entre ACM e o senador cassado

Luiz Estevão, no que se refere a mentiras.

Outro peemedebista, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) deixou a sala onde ocorreu o depoimento dizendo que não ficou convencido e que a acareação é o único caminho. "O depoimento tem muitas incoerências ainda. Isso só pode ser tirado numa acareação porque está tudo cheio de vazios." O senador acha que essas acareações têm de ser feitas tanto

**'ELE NÃO
CONVENCEU',
AFIRMA
PERES**

com o ex-líder do governo quanto com a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges. Suassuna engrossou o coro dos que já falam em abertura do processo de cassação.

O suplente Antero Paes de Barros (PSDB-MT) foi claro: houve quebra de decoro parlamentar. Sua avaliação é que o depoimento de ACM foi "inteiramente incon-

sistente". "A situação dele já era difícil antes do depoimento: O que nós vimos aqui foi uma meia confissão." Barros também defende a acareação.

Houve, entretanto, quem defendesse o ex-presidente do Congresso e acreditasse plenamente em suas explicações. Entre eles, o ex-ministro da Previdência, Waldeck Ornélas (BA), que fazia parte da cota do PFL no governo.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) também afirmou, ao deixar a sala de depoimento, que ACM foi convincente. "Até agora, não vejo nenhum motivo para cassação." O parlamentar defendeu a decisão de ACM de não divulgar a lista, para "preservar" o Senado. "Eu considero que foi uma decisão acertada."

O colunista Luís Fernando Veríssimo está de férias. Sua coluna voltará a ser publicada no dia 23 de maio.